

DESIIS no RECURSO ESPECIAL Nº 1.681.620 - RS (2017/0153538-8)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **EDSON GAIDZINSKI JUNIOR**
ADVOGADOS : **FABRÍCIO RAPHAEL SANTOS BITTENCOURT E OUTRO(S) -**
SC011378
ALINE BECKER FREDERICO - SC029583
RECORRIDO : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela Fazenda Nacional contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da Quarta Região que negou provimento ao recurso de apelação e à remessa necessária, mantendo a sentença que concedeu a segurança,

A parte impetrante, ora recorrida, por meio da petição 00770114/2018, informa que houve decisão na via administrativa, proferida pela Receita Federal do Brasil, determinando o cancelamento do arrolamento tratado nos autos, de forma que não tem mais interesse no presente mandado de segurança. Assim, requer a desistência do mandado de segurança.

Intimada, a Fazenda Nacional não se opôs ao pedido (fl. 711).

Sobre o tema, o Plenário do Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 669.637/RJ, submetido ao regime de repercussão geral, DJe de 30.10.2014, reconheceu a possibilidade ser homologada a desistência do mandado de segurança a qualquer tempo, independentemente de anuência da parte contrária, ainda que já tenha havido decisão de mérito.

A ementa desse julgado tem a seguinte redação:

Agravo regimental no recurso extraordinário. Mandado de segurança. Desistência a qualquer tempo. Possibilidade. 1. A matéria teve sua repercussão geral reconhecida no RE nº 669.367, de relatoria do Ministro Luiz Fux, com julgamento do mérito em 2/5/13. Na assentada, o Tribunal reafirmou a assente jurisprudência da Corte de que é possível desistir-se do mandado de segurança após a sentença de mérito, ainda que seja favorável ao impetrante, sem anuência do impetrado. 2. Agravo regimental não provido. (RE 550258 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 11/06/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-167 DIVULG 26-08-2013 PUBLIC 27-08-2013)

Ante o exposto, nos termos do art. 34, IX, do RISTJ, **homologo o pedido de desistência e julgo extingo o presente mandado de segurança**, ficando prejudicado o recurso especial interposto pela Fazenda Nacional.

Sem condenação em honorários advocatícios (Súmula 105/STJ).

Custas pelo Impetrante.

Brasília, 20 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator